



SAMAUMA

2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

ELABORADO POR:
Carolinne Cavalcanti

REVISADO POR:
Lilian Harada Coura

APROVADO POR:
Nicolas Gutierrez Londoño

31 de março de 2025.



ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO	4
2.	A EMPRESA	5
2.1	OBJETIVO.....	5
2.2	MOTIVAÇÃO E VALORES.....	5
2.3	PARCEIROS ESTRATÉGICOS	6
3.	NOSSO NEGÓCIO	7
4.	ORGANOGRAMA E GESTÃO	10
5.	GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	11
5.1	PRINCÍPIOS	11
5.2	ESTRUTURA	11
5.3	POLÍTICAS DA SAMAUMA.....	12
6.	AMBIENTE E CONTEXTO DE MERCADO.....	14
7.	CONTEXTO JURÍDICO E REGULATÓRIO.....	16
7.1	MERCADO DE CARBONO.....	16
7.2	PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS	Erro! Indicador não definido.
7.3	FUNDIÁRIO NA AMAZÔNIA.....	17
8.	OPORTUNIDADES E RISCOS	19
8.1	OPORTUNIDADES.....	19
8.2	RISCOS	20



1. APRESENTAÇÃO

Este Relatório tem como objetivo apresentar aos órgãos de controle interno e externo, aos acionistas e à sociedade em geral informações relevantes relacionadas à Samauma Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Samauma” ou “Companhia”), incluindo aspectos referentes ao objetivo da Companhia, sua motivação e valores, contexto de setor e mercado que estamos inseridos, regulamentação aplicável ao nosso negócio, os padrões de governança corporativa e um panorama geral sobre os principais riscos e oportunidades que vislumbramos.

Esta publicação visa cumprir as disposições legais, conforme regido pela Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e ao Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28 de dezembro de 1987, conforme em vigor.



2. A EMPRESA

2.1 OBJETIVO

A Samauma é uma empresa de prestação de serviços ambientais focada em projetos de conservação florestal na Amazônia, sendo seu principal objetivo conservar o meio ambiente ao mesmo tempo que apoia o desenvolvimento das regiões em que atua.

Buscamos monetizar a conservação florestal e os serviços ambientais e, concomitantemente, almejamos gerar impacto positivo para as comunidades locais, potencializando mudanças reais para o nosso país e planeta.

Acreditamos que é possível repensar a forma de se fazer negócios na Amazônia e queremos nos diferenciar e nos posicionar como uma plataforma líder do setor, seguindo os mais altos padrões internacionais de governança corporativa.

Nosso objetivo é fazer com que essa geração de impacto positivo seja rentável e desenvolva o nosso ecossistema como um todo, colaborando com o setor privado, o setor público, as comunidades locais, as organizações sociais e as demais entidades institucionais que corroborem com o nosso posicionamento acerca da importância do desenvolvimento sustentável, não só da Amazônia mas como de todos os demais biomas, bem como almejamos investimentos com escala com construção de relações sérias e de longo prazo.

2.2 MOTIVAÇÃO E VALORES

Na Samauma, acreditamos em tornar a biodiversidade protagonista na transformação de realidades. Trabalhamos não apenas para mitigar impactos ambientais, mas para redefinir formas de se fazer negócio e fortalecer a narrativa que destaca o Brasil enquanto potência ambiental para a economia e saúde do nosso planeta.

Unimos esforços para criar um ecossistema de negócios, com uma gestão consciente, competente e colaborativa, orientada por resultados e com objetivo de promover ganhos significativos para todos.

Entendemos que é necessário conservar para desenvolver as florestas, as pessoas e os saberes locais e nos comprometemos a contribuir diretamente para a conservação de nossa biodiversidade única e para a sustentabilidade de



suas comunidades locais, de suas pessoas, de seus lares e de seus conhecimentos ancestrais que são tesouros inestimáveis.

Nós buscamos, além de promover mudanças, construir um futuro colaborativo que respeita individualidades criando novos paradigmas.

Sabemos que nossa missão e desafio não são fáceis e que, para atingi-los, precisamos seguir as melhores práticas corporativas e de sustentabilidade, bem como atuar conforme os mais rigorosos padrões éticos, seja interna ou externamente.

2.3 PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Alguns parceiros estratégicos foram essenciais para o surgimento da Samauma e, até hoje, são parte da construção do nosso negócio.

A Fram Capital é uma gestora de recursos independente, nascida em 2007, e que hoje conta com mais de R\$ 20 bilhões em produtos distribuídos, mais de 850 clientes e mais de R\$ 5.8 bilhões de ativos sob gestão (*Assets Under Management* ou *AUM*). Sua especialização é em negócios estruturados de altíssima governança com companhias multinacionais e, portanto, trata-se de parceiro que consegue agregar muito valor na capacidade organizacional da Samauma.

A Mata Nativa é um dos principais consultores ambientais, com destaque para inteligência em desenvolvimento de projetos créditos de carbono. Desde 1997, cria projetos para remunerar áreas preservadas e aumentar a conservação de biomas. Atualmente, é um dos responsáveis pelo nosso primeiro projeto de conservação na floresta amazônica localizado em Tarauacá, no Acre ("Projeto Tauari").

Como co-desenvolvedor para o Projeto Tauari, temos também uma parceira focada no desenvolvimento e comercialização de créditos de carbono com a MyCarbon, subsidiária integral da Minerva Foods, com o objetivo de transformar as cadeias de produção agropecuárias. Reforçamos a importância de ter um co-desenvolvedor para o nosso primeiro projeto de carbono, que funciona como uma segunda verificação para os aspectos técnicos do Projeto Tauari e que, portanto, reforça nosso compromisso com a integridade dos nossos créditos.



Por fim, como parceiro financeiro estratégico, contamos com suporte do BTG Pactual, o maior banco de investimentos da América Latina, consolidado como uma das mais inovadoras instituições financeiras do mercado. Junto ao BTG Pactual, estruturamos uma operação de financiamento para aquisição de nossa primeira propriedade, que origina o Projeto Tauari e dá início aos negócios da Samauma.

3. NOSSO NEGÓCIO

Nos termos de seu estatuto social, a Companhia atualmente tem como objetivo social: (a) a compra e venda de imóveis, urbanos ou rurais, para desenvolvimento de projetos de emissão de créditos de carbono e ativos similares, bem como projetos socioambientais que favoreçam a manutenção e melhoria dos serviços ecossistêmicos e das condições sociais da comunidade local; (b) a emissão, produção, aquisição, comercialização de créditos de carbono, ativos similares, benefícios ambientais e títulos temáticos, bem como compensação ambiental em quaisquer modalidades; (c) o reflorestamento com espécimes nativas do bioma amazônico, conservação de floresta nativa e prevenção ao desmatamento; exploração da biodiversidade, manejo e agricultura sustentáveis, manutenção do equilíbrio do ciclo hidrológico; (d) a realização e contratação de terceiros, direta ou indiretamente, para viabilizar quaisquer empreendimentos imobiliários nos imóveis de sua propriedade; (e) a comercialização, locação, arrendamento e/ou exploração do direito de superfície dos imóveis, inclusive os respectivos bens e direitos relacionados a eles; (f) a locação e administração de bens próprios, integrados ao acervo social; e (g) a participação em empreendimentos e negócios que estejam ligados ao objeto social da Companhia.

Para implementação de suas atividades de conservação, demais serviços ambientais e desenvolvimento de seu primeiro projeto de carbono denominado “Projeto Tauari”, a Samauma adquiriu uma propriedade de aproximadamente 150.000 hectares no município de Tarauacá, no Estado do Acre.

A principal fonte de receita da Samauma decorrerá da venda de créditos de carbono do Projeto Tauari e, para tanto, se faz necessária a obtenção do registro do projeto e verificação para emissão de créditos de carbono.

O processo de certificação de crédito de carbono é um processo que valida o projeto e verifica a redução de emissões ou a remoção de dióxido de carbono da atmosfera. Essa redução ou remoção é então calculada e contabilizada em



créditos de carbono por meio de metodologias específicas e, subsequentemente, são verificados por uma certificadora independente, que também será responsável pela emissão do crédito em nome do seu desenvolvedor. Uma vez emitido um crédito de carbono, este crédito atesta que uma tonelada de carbono deixou de ser emitida ou foi removida na atmosfera.

O Projeto Tauari é um projeto de conservação do tipo REDD+ e já se encontra protocolado junto à Verra, maior certificadora mundial de compensações voluntárias de carbono, sob o nº ID4461, no âmbito do programa VCS (Verified Carbon Standard) e a previsão é de que, ao longo do período de duração do Projeto Tauari, aproximadamente 110 milhões de toneladas de CO₂ serão retirados da atmosfera.

No ano de 2024, a certificadora realizou diversos ajustes nas metodologias para aumento de integridade dos créditos de carbono, o que demandou adaptações do nosso Projeto Tauari e impactou o cronograma de certificação originalmente previsto. Apesar de afetar o cronograma, ressalta-se a preocupação da Samauma em manter o Projeto Tauari de acordo com as metodologias devidamente atualizadas, garantindo sua eficiência e sua integridade.

O crédito de carbono é uma forma de monetização da conservação florestal, mas não a única. A Samauma acredita na construção de outras fontes de receita no médio e longo prazo, por meio do uso sustentável do solo e implementação de práticas de agricultura sustentável. Contudo, como primeira e principal fonte de receita para viabilizar o projeto inicialmente, o crédito de carbono se faz essencial.

Ainda, conforme exposto no item “Missão e Valores”, buscamos, além de monetizar serviços ambientais, ter um impacto positivo para o desenvolvimento sustentável dos lugares que atuamos. Considerando que a região de Tarauacá é um dos lugares com IDH mais baixo do Brasil, o Projeto Tauari se torna uma alternativa importante para desenvolvimento sustentável da região.

Para o Projeto Tauari, buscaremos, além da emissão de créditos de carbono junto à Verra no padrão VCS, a certificação CCB (*Climate, Community and Biodiversity Standards*), que exige determinados padrões de qualidade no projeto, buscando garantir a integridade dos créditos de carbono e, consequentemente, gerando um impacto positivo no seu valor de mercado.



Ainda no que tange desenvolvimento sustentável, a Samauma oferece alternativas às populações locais que, muitas vezes, estão acostumadas a desmatar para garantir a própria subsistência. Como alternativa, promovemos oficinas de práticas de agricultura sustentável e damos suporte à comunidade para que consigam fazer a transição dessas atividades que resultam em desmatamento para atividades dentro de um sistema de uso sustentável do solo. Vale destacar que também buscamos auxiliar no estabelecimento de uma cadeia de abastecimento e escoamento para este fluxo de produção e, conseqüentemente, esperamos gerar também um impacto positivo na renda dessas famílias no médio prazo. Portanto, objetivamos uma redução do desmatamento ao mesmo tempo que oferecemos suporte para população local, ajudando no desenvolvimento econômico e social.

Por fim, esclarecemos que ainda estamos em processo de certificação do projeto de carbono junto à Verra. A certificação é um passo de fundamental importância para que a Samauma possa executar plenamente seus objetivos alinhados ao seu plano de negócios.

Por todo o exposto, cumpre esclarecer que a Administração entende que a Samauma se enquadra como empresa pré-operacional, podendo, contudo, fazer vendas antecipadas dos créditos de carbono para que sejam entregues quando emitidos junto à certificadora.



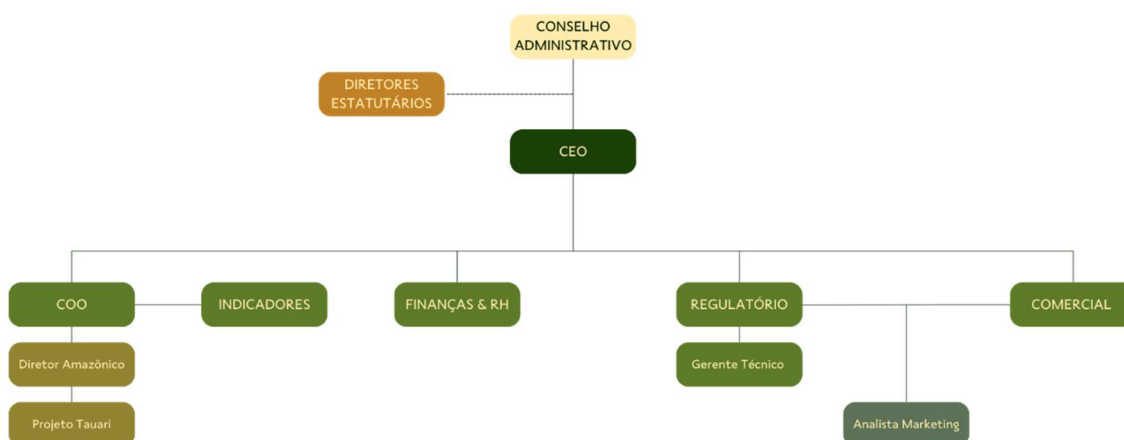
4. ORGANOGRAMA E GESTÃO

Em termos de organograma e gestão de times, a Samauma conta com um time administrativo localizado em São Paulo/SP e um time de Gestão Territorial alocado na área do projeto.

O time administrativo em São Paulo/SP é responsável pelas atividades financeiras, comerciais, jurídicas, recursos humanos e de gestão corporativa.

Em termos de gestão territorial, a Companhia tomou a decisão de manter a gestão local da propriedade no Acre com profissionais altamente capacitados e com experiência no bioma amazônico, mantendo aproximadamente 25 colaboradores diretos e 15 colaboradores indiretos na região.

Organograma Samauma





5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

5.1 PRINCÍPIOS

A Samauma atua em linha com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa emitido pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que elenca alguns princípios básicos:

- (i) **Integridade:** temos preocupação com a criação de cultura ética no nosso ambiente corporativo para que todos os nossos colaboradores e demais partes interessadas estejam alinhados com nossa missão e valores;
- (ii) **Transparência:** além de promover um ambiente ético, a Samauma busca fornecer informações verdadeiras, tempestivas, coerentes, claras e relevantes para todas as partes com as quais tenhamos relacionamento, estimulando um ambiente de confiança e fortalecimento de laços de longo prazo;
- (iii) **Equidade:** buscamos tratar todos de maneira justa, dentro e fora da Companhia, de forma individual ou coletiva, sempre levando em consideração seus interesses, necessidades e expectativas. O que se espera é construir um ambiente justo, respeitoso e que valorize a diversidade e a inclusão, bem como a garantia de igualdade de direitos e oportunidades;
- (iv) **Responsabilização (Accountability):** temos um cuidado meticuloso em relação à diligência e fizemos questão de já começar a empresa nos mais altos padrões de governança e responsabilidade. Como exemplo, podemos citar a contratação da EY Auditores Independentes SS, empresa de auditoria de primeira linha, para realizar a auditoria financeira da Samauma a partir de 2023; e
- (v) **Sustentabilidade:** por fim, além do nosso negócio que já é totalmente alinhado ao princípio da sustentabilidade, conforme exposto nos itens “2.2 Missão e Valores” e “3. Nosso Negócio”, também zelamos pela sustentabilidade no âmbito de governança corporativa com equilíbrio entre os ecossistemas social, econômico e ambiental.

5.2 ESTRUTURA



Em termos de estrutura corporativa, a Samauma, como sociedade por ações, cumpre todos os requisitos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), na qualidade de companhia por ações de capital fechado.

Dessa forma, a Samauma conta com (i) Assembleia Geral, que tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, nos termos do artigo 121 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, com as atribuições previstas no artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações.

A Assembleia Geral, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Samauma, é realizada ordinariamente nos primeiros 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que haja interesse da Companhia. As decisões da Assembleia Geral são tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes. A Assembleia Geral é responsável por eleger os membros do Conselho de Administração que, por sua vez, liderará a Companhia.

A administração da Companhia cabe, portanto, ao Conselho de Administração, que se reúne ordinariamente uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário. Nos termos do nosso Estatuto Social – Seção I, o Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. O Conselho de Administração poderá se instalar com a presença da maioria dos conselheiros e as decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos votos dos conselheiros presentes, sendo que cada conselheiro terá direito a um voto.

Por fim, a representação da Samauma poderá se dar por meio de seus Diretores. A Diretoria poderá ser composta por 1 (um) a 3 (três) membros, todos sem designação específica, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Aos diretores cumpre a função exclusivamente representativa, sendo certo que a Samauma poderá ser representada por qualquer diretor ou procurador devidamente constituído nos termos do Estatuto Social, isoladamente.

5.3 POLÍTICAS DA SAMAUMA



A Samauma possui diversas políticas internas para garantir nossa integridade corporativa, quais sejam:

- (i) Código de Conduta e Ética: estabelece nosso programa de compliance, busca refletir o nosso compromisso com o meio ambiente, com a transparência, com as comunidades, com os nossos parceiros e, acima de tudo, com o fazer o que é certo - e que esperamos que essas diretrizes e princípios sejam parte intrínseca do nosso dia-a-dia na Samauma.
- (ii) Política Anticorrupção: estabelece e consolida regras e diretrizes complementares ao Código de Conduta e Ética, de forma a assegurar práticas preventivas de combate à corrupção empresarial e garantir o cumprimento da legislação anticorrupção vigente.
- (iii) Política Concorrencial: estabelece regras e diretrizes complementares ao Código de Conduta e Ética para atendimento específico da lei antitruste e à livre concorrência em relação às práticas comerciais e às relações societárias aplicáveis.
- (iv) Política de Terceiros: estabelece regras e diretrizes complementares ao Código de Conduta e Ética para avaliação, seleção e contratação de colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros, clientes e quaisquer terceiros, à luz das normas sobre prevenção contra fraudes e corrupção, evitando exposição da Samauma a riscos que possam ser previamente identificados e mitigados.



6. AMBIENTE E CONTEXTO DE MERCADO

A Samauma nasce em um momento em que o mundo está com atenção voltada para metas ambientais e implementação de práticas sustentáveis, o que foi bastante impulsionado pela assinatura do Acordo de Paris em 2015.

O Acordo de Paris é um tratado internacional assinado por 196 países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (United Nations Framework Convention on Climate Change ou “UNFCCC”) que tem como principal objetivo limitar o aquecimento global a menos de 2°C e com esforços para se manter abaixo de 1.5° C em relação aos níveis pré-industriais.

Para tanto, o Acordo de Paris prevê que deverá ser alcançado um equilíbrio entre emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa (GEE) na segunda metade deste século, originando o compromisso de “*net zero*”, tão falado no mercado. Em resumo, para se alcançar a meta “*net zero*”, é necessário que a quantidade de fases de efeito estufa emitidos na atmosfera devem ser equivalentes aos gases de efeito estufa sendo removidos da atmosfera.

Neste contexto, o mercado de carbono é uma forma de se alcançar metas “*net zero*”. Trata-se de um sistema em que empresas e países podem comprar e vender créditos que representam a redução das emissões de gases de efeito estufa. Esses créditos são negociados como uma forma de mitigar o impacto das emissões de carbono no meio ambiente, incentivando a redução das emissões e promovendo práticas sustentáveis.

Existem dois tipos de mercado de crédito de carbono:

- (i) Mercado Voluntário: Neste mercado, as transações são realizadas por empresas, organizações ou indivíduos que optam por compensar voluntariamente suas emissões de carbono, geralmente como parte de suas estratégias de responsabilidade social corporativa ou para alcançar metas de sustentabilidade. Não há requisitos regulatórios para participação neste mercado; e
- (ii) Mercado Regulado: Este mercado é estabelecido em conformidade com regulamentações governamentais ou tratados internacionais, como o Acordo de Paris. Empresas que operam em setores específicos são obrigadas a reduzir suas emissões ou adquirir créditos de carbono para cumprir suas metas de redução de emissões.



Também existem vários tipos de projetos de crédito de carbono focados em reduzir emissões de gases de efeito estufa ou remover carbono da atmosfera, sendo que alguns dos principais tipos de projetos incluem projetos de energia renovável, eficiência energética, reflorestamento e florestamento, gestão de resíduos, dentre outros.

O primeiro projeto que temos, o Projeto Tauari, é um projeto do tipo REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). Estes projetos visam reduzir as emissões provenientes do desmatamento e degradação florestal, além de promover a conservação e manejo sustentável das florestas e aumento dos estoques de carbono floresta. O REDD+ estabelece uma conexão relevante entre a redução das emissões globais de carbono, preservação da floresta e mitigação das mudanças climáticas, e na promoção do desenvolvimento sustentável em comunidades locais.

No Brasil este tipo de crédito é extremamente relevante considerando o perfil de emissões do país, que está amplamente associado ao desmatamento e às mudanças no uso da terra. O objetivo dessas iniciativas com o uso de REDD+ pode criar um incentivo para pacotes econômicos que gerem maiores quantidades de créditos de carbono de alta integridade, o que pode ajudar com um portfólio para mitigação do cumprimento de metas corporativas “net zero”. Além disso, boas iniciativas de REDD+ permitem a geração de uma série de co-benefícios de projetos socioambientais, como a preservação da biodiversidade e investimentos para promover cadeias produtivas florestais e agroflorestais, por exemplo.

Especificamente sobre o Estado do Acre, onde está localizado nosso primeiro projeto de carbono, pode-se dizer que se trata de um Estado bastante avançado nas iniciativas relacionadas à redução de emissões de gases de efeito estufa e ao mercado de carbono e tem sido reconhecido internacionalmente pelos seus esforços na conservação ambiental e na mitigação das mudanças climáticas.



7. CONTEXTO JURÍDICO E REGULATÓRIO

7.1 MERCADO DE CARBONO

No âmbito internacional, o supracitado Acordo de Paris, em seu artigo 6º, busca estimular a cooperação internacional por meio de mecanismos de mercado de carbono. A ideia é que cada país aderente ao Acordo de Paris deverá estabelecer metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, chamadas de “Nationally Determined Contribution” ou “NDC”.

Para fins de cumprimento de suas NDCs, países com “excedente” poderiam comercializar com países em déficit, por meio de uma negociação bilateral no âmbito do artigo 6.2 do Acordo de Paris. Caso se trate de uma negociação entre empresas ou países comprando créditos decorrentes de projetos privados, referida transação deveria ser regulada no âmbito do artigo 6.4 do Acordo de Paris.

Transações de comercialização de carbono realizadas nos termos de ambos os artigos deveriam ser registradas em um sistema único para garantir que não ocorra uma dupla contagem da redução ou remoção. O mecanismo para determinar se o crédito deveria ser contabilizado na NDC do país comprador ou vendedor é chamado de “mecanismo de ajustes correspondentes”, mas cabe ressaltar que ainda se trata de mecanismo com bastante incertezas por não termos esse sistema único e integrado internacionalmente.

A COP29 avançou nas negociações em torno do Artigo 6º do Acordo de Paris, especialmente no que diz respeito à operacionalização dos mecanismos de mercado previstos nos parágrafos 6.2 e 6.4. Apesar de ainda não haver consenso final sobre todos os detalhes técnicos, houve progresso na definição de salvaguardas ambientais e sociais, além de melhorias nas diretrizes para a transparência e integridade dos créditos de carbono transacionados entre países. Esses avanços podem ser relevantes para projetos REDD+, pois contribuem para dar maior previsibilidade e credibilidade aos mercados voluntário e regulado de carbono.

No Brasil, 2024 marcou um passo decisivo para a criação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), com a aprovação da Lei nº 15.042/2024. O marco legal estabelece as bases para um mercado regulado de carbono, mas ainda precisa ser devidamente regulamentada. O prazo para regulamentação do SBCE



é de 12 (doze) meses, prorrogável por mais 12 (doze) meses, contados da entrada em vigor da Lei.

Independentemente das discussões sobre a criação do mercado regulado no Brasil, cumpre esclarecer que o mercado voluntário de carbono (*Voluntary Carbon Market* ou “VCM”) permanece existente e operante. Os créditos que serão emitidos no nosso primeiro projeto, o Projeto Tauari, podem ser livremente comercializados, no Brasil ou no exterior, dentro do mercado voluntário de carbono.

Apesar de enxergarmos os potenciais benefícios que o mercado regulado traria para o setor, o Mercado Voluntário segue como um mercado importante para empresas engajadas com compensação de emissões e com a agenda de sustentabilidade, cada vez mais exigida por seus acionistas, investidores, financiadores, parceiros e demais *stakeholders*, independentemente da existência do mercado regulado. Acreditamos no papel fundamental do mercado voluntário de carbono para a agenda climática mundial e na tendência do aumento de demanda por crédito de carbono voluntário no Brasil, que tem, ainda, condições notadamente privilegiadas para projetos florestais.

7.2 FUNDIÁRIO NA AMAZÔNIA

A regularização fundiária na Amazônia é um tema bastante desafiador, pois há uma incerteza sobre titularidade das propriedades e bastante discussão sobre ocupação em terras que sejam, na realidade, de propriedade da União.

Grande parte das ocupações em terras públicas federais na Amazônia que não possuem regularidade fundiária tem origem em políticas implementadas durante a década de 60 e 70 no Brasil, as quais estimularam a ocupação da região sob promessa de emissão de títulos da terra. Para demonstrar “ocupação”, as áreas foram amplamente desmatadas. Entre os anos de 1970 e 1990 e o Incra emitiu diversos documentos de terra na Amazônia Legal, como Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATPs) e Contratos de Promessa de Compra e Venda (CPCV).

No entanto, nem todos os beneficiários desses contratos receberam o título definitivo da terra, seja por descumprimento de obrigações pelo beneficiário ou por incapacidade do próprio Incra, gerando um grande passivo de imóveis com pendência de regularização.



Desde a década de 80, o Brasil vem tentando medidas para ajudar a solucionar a grande questão fundiária da Amazônia, ao mesmo tempo que o avanço da agenda climática mundial aumenta a pressão para que exista um controle rígido sobre o desmatamento, que é responsável por grande parte da emissão de CO2 do Brasil.

Dado o exposto acima, cabe destacar positivamente que a situação da nossa propriedade, onde é desenvolvido o Projeto Tauari, é regular. Após meticulosa auditoria legal e fundiária, podemos afirmar que possuímos matrícula formalizada perante o competente cartório de registro de imóveis, com título de domínio expressamente reconhecido pelo Incra e pelo Iteracre. Ainda, não há sobreposição de terras indígenas, conforme declaração expressa emitida pela FUNAI. Portanto, Samauma tem seu primeiro projeto em situação que passa segurança e conforto em termos de regularização fundiária, mesmo em um contexto bastante desafiador como o da Amazônia.



8. OPORTUNIDADES E RISCOS

Nosso compromisso com a conservação florestal na região Amazônica, mais especificamente no estado do Acre, é um testemunho tangível do nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento consciente. Neste capítulo, exploramos as oportunidades futuras e os riscos inerentes ao nosso atual projeto de conservação florestal.

8.1 OPORTUNIDADES

- **Engajamento Comunitário:** O envolvimento e a participação das comunidades locais são essenciais para o sucesso de qualquer projeto de conservação florestal em territórios ocupados. Nossa presença na região Amazônica nos oferece a oportunidade única de estabelecer parcerias sólidas com as comunidades promovendo o desenvolvimento sustentável, o bem-estar local e a melhoria da qualidade de vida destes cidadãos.
- **Reputação e Credibilidade:** Ao demonstrar nosso compromisso com a conservação florestal e com seus habitantes, fortalecemos nossa reputação como uma empresa responsável e consciente, aderente aos mais altos padrões de exigência ESG. Isso não apenas atrai investidores e clientes alinhados com nossos valores, mas também nos diferencia como líderes no setor.
- **Liderança Global no Mercado de Créditos de Carbono:** Estudos conduzidos pela McKinsey projetam que o Brasil tem potencial para ser o grande protagonista no mercado de Natural Climate Solutions (NCS), podendo dominar uma parcela de 15% das oportunidades de sequestro de carbono, impulsionado pela sua vasta extensão florestal e iniciativas de conservação como o Projeto Tauari. Esta projeção se baseia nos estudos desenvolvidos pela consultoria levando em consideração os baixos custos para implantação de NCS no país, com potencial de liderar 1/3 do mercado global de reflorestamento e ¼ do mercado global de conservação florestal. Isso reforça nossa posição como líderes no setor, com potencial para aumentar nossa participação no mercado global de créditos de carbono. Ainda, mais recentemente e especificamente em relação ao REDD+, um relatório da Bloomberg destacou que “75% das reduções de emissões no Brasil até 2050 poderá vir de iniciativas REDD+ (...)”¹.

¹ Brazil Transition Factbook 2025. Bloomberg Philanthropies; BloombergNEF. Página 51.



- **Escassez de Empresas com Governança Global:** No mercado de créditos de carbono, é evidente a escassez de empresas com escala e governança global. Nossa empresa se destaca nesse cenário, apresentando uma governança robusta e uma abordagem ética, transparente e socialmente correta em todas as nossas operações. Isso nos coloca em uma posição privilegiada para atrair investimentos e parcerias estratégicas, consolidando nossa presença como uma das principais empresas do setor.
- **Expansão de Portfólio através de Aquisições e Parcerias:** Estamos avançando em nossas metas de crescimento com potencial de aquisição/parceria de áreas totalizando mais de 200.000 hectares, expandindo assim nosso portfólio de ativos próprios de conservação florestal. Estamos explorando oportunidades de desenvolver projetos em parcerias com comunidades tradicionais dentro de Reservas Extrativistas (Resex) com enorme impacto na vida destas comunidades. Essas iniciativas não apenas aumentam nossa capacidade de conservação, mas também fortalecem nossos compromissos com o povo amazônico e promovem o desenvolvimento sustentável em larga escala.
- **Inovação Tecnológica:** A implementação bem-sucedida de boas práticas de conservação florestal requer constantes avanços tecnológicos. Nossa empresa está posicionada para aproveitar oportunidades de inovação, seja por meio de tecnologias de monitoramento remoto, sistemas de alerta precoce para desmatamento ou métodos avançados de restauração de floresta produtiva.

Ao destacar esses pontos, reforçamos não apenas as oportunidades imediatas que nosso projeto representa, mas também nossa visão estratégica de médio e longo prazos para o crescimento e o impacto positivo na conservação florestal na região Amazônica.

8.2 RISCOS

Ao reconhecer e abordar proativamente esses riscos, podemos controlá-los e mitigá-los mais facilmente, além de estamos fortalecendo a resiliência de nossos projetos e garantindo sua capacidade de continuar gerando impactos positivos na conservação florestal, na vida das pessoas e na mitigação das mudanças climáticas.



- Falha na Certificação e Redução do Volume de Créditos Emitidos: Existe um baixo risco de que nosso projeto não atenda aos critérios de certificação estabelecidos, resultando na redução do volume de créditos de carbono emitidos pela certificadora. Para mitigar esse risco, contratamos a Mata Nativa, empresa com experiência no desenvolvimento de projetos REDD+, para desenvolver o projeto tendo como coautora a MyCarbon, empresa controlada pela Minerva Foods. Além disso, tivemos todo o processo de diligência da aquisição da área e de desenvolvimento do projeto de conservação aprovados pelo BTG.
- Risco de Liquidez e Preço no Mercado de Crédito de Carbono: O mercado de créditos de carbono ainda não está regulado no Brasil, o que nos incentiva a atuar no mercado de carbono voluntário. Este mercado pode estar sujeito a volatilidade e a falta de liquidez, o que pode impactar negativamente a venda e a valorização dos créditos gerados por nosso projeto. Para mitigar esse risco, estamos adotando o melhor sistema de monitoramento satelital, além de estarmos adotando as melhores práticas de gestão territorial, focando na melhoria da produção e da renda das famílias, trazendo um impacto positivo consistente para estas pessoas, o que nos garante oferecer um crédito premium em comparação a nossos concorrentes.
- Riscos de Invasão, Desmatamento e Incêndios Florestais: Nosso projeto REDD+ está sujeito a pequenos riscos ambientais, como invasões de terras, desmatamento ilegal e incêndios florestais, que podem comprometer a integridade das áreas de conservação e reduzir a eficácia de nossas iniciativas de mitigação de carbono. Para mitigar esses riscos, estamos fortalecendo nossas medidas de segurança, controle e vigilância, colaborando com autoridades locais e comunidades para monitorar e responder rapidamente a quaisquer atividades ilegais ou emergências ambientais. Além disso, estamos investindo no desenvolvimento de programas como o roçado ecológico e no sistema agroflorestal sustentável para reduzir a vulnerabilidade de nossas áreas de conservação a esses eventos.
- Desafios Políticos e Legais: A volatilidade política e a não aprovação da nova legislação de mercado regulado podem representar riscos para nossas operações na Amazônia. Alterações nas políticas governamentais ou disputas legais podem impactar negativamente nossas atividades e comprometer nossos objetivos de conservação. Para mitigar estes riscos estamos constantemente participando de discussões setoriais.



- Riscos de Conflitos Sociais: A implementação de projetos de conservação muitas vezes gera insegurança, tensões e conflitos com comunidades locais, especialmente quando há discordância sobre questões fundiárias, recursos naturais e direitos tradicionais. É crucial abordar essas preocupações de forma sensível, transparente e colaborativa para evitar conflitos prejudiciais e mitigar os riscos de uma má comunicação com a comunidade.
- Risco de liquidez de médio prazo: A companhia possui uma parcela grande de dívida que vence no início do segundo semestre de 2025, data próxima à originalmente esperada para a emissão dos créditos de carbono. Com o atraso no cronograma de certificação dos créditos de carbono, a Samauma está em negociação para alongamento da dívida. A amortização da dívida gera o risco de liquidez de médio prazo para a
- Samauma. Para mitigar estes riscos a administração da empresa está em constante conversa com offtakers, bem como para o refinanciamento e a captação de equity.

Nosso compromisso com a integridade de nossos créditos, agindo sempre com transparência e com uma gestão proativa de oportunidades e riscos nos permite enfrentar os desafios com confiança e continuar avançando em direção a nosso comprometimento com a vida das pessoas e com a preservação da natureza e da biodiversidade.



SAMAUMA